

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS**

**REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO  
DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA  
ÚNICO DE SAÚDE - ARARAQUARA - SÃO PAULO**

Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi

São Paulo

2013

Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi

**REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO  
DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA  
ÚNICO DE SAÚDE - ARARAQUARA - SÃO PAULO**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo São Paulo – Vila Mariana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Alda Martins Gonçalves

São Paulo

2013

Ficha de identificação da obra  
Escola de Enfermagem da UFMG

De Nardi, Maria Helena de Oliveira e Silva

Revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - Araraquara - São Paulo [manuscrito] / Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi. – Belo Horizonte, 2013.

32 f.

Orientadora: Alda Martins Gonçalves

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ET/SUS - Pólo São Paulo-SP, Vila Mariana, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Atenção Primária à Saúde/recursos humanos. 3.Educação em Saúde/administração & organização. 4.Educação em Saúde Pública. I.Gonçalves, Alda Martins. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.


Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

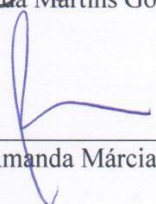
Maria Helena de Oliveira e Silva de Nardi

**REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE  
SAÚDE - ARARAQUARA - SÃO PAULO**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Pedagógica nas  
ETSUS, realizado pela Universidade Federal  
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Vila  
Mariana/SP.

BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alda Martins Gonçalves (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo

Data de aprovação: 17 de maio de 2013

São Paulo – SP  
2013

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Aos Tutores Neil Boareti e Irene Cortina;  
à Tutora Profa Dra. Amanda Reinaldo;  
à Profa. Dra. Anézia Moreira Faria Madeira;  
à minha Orientadora Profa. Dra. Alda Martins Gonçalves,  
pela competência técnica e humana com que conduziram  
o Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS  
- CEGEPE -

Agradecimentos especiais: À Secretaria de Estado da Saúde/Coordenação de Recursos Humanos-SP e, ao Ministério da Saúde, que possibilitaram a realização do Curso CEGEPE, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde – SGTES;  
Departamento de Gestão da Educação na Saúde – DEGES;  
Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde.

### EPÍGRAFE

*Qualquer caminho é apenas um caminho e não constitui insulto algum para si mesmo ou para outros – abandoná-lo quando assim ordena o seu coração. Olhe cada caminho com cuidado e atenção. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessário... Então, faça a si mesmo e apenas a si mesmo uma pergunta: possui esse caminho um coração? Em caso afirmativo, o caminho é bom. Caso contrário, esse caminho não possui importância alguma.*

*Carlos Castañeda*

### DEDICATÓRIA

Ao esposo José Guilherme e aos filhos  
Rita de Cássia, Júnior e Carlos Magno  
pelo apoio e paciência, sempre presentes!

## SUMÁRIO

ITENS	pág.
<b>RESUMO</b> .....	8
<b>ABSTRACT</b> .....	9
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	11
<b>3 BREVE HISTÓRICO DOS CENTROS FORMADORES DE PESSOAL DA SAÚDE – CEFOR/SES-SP</b> .....	11
<b>4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE – O CENTRO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SP DE ARARAQUARA</b> .....	14
<b>5 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
<b>6 JUSTIFICATIVA OU RELEVÂNCIA DA PROPOSTA</b> .....	20
<b>7 METODOLOGIA</b> .....	20
<b>8 PROJETO DE INTERVENÇÃO: REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</b> .....	22
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>10 REFERÊNCIAS</b> .....	30

## **RESUMO**

O Projeto de Intervenção proposto é a revisão do Projeto Político Pedagógico - PPP, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde de Araraquara - CEFORSUS – SP de Araraquara. Essa revisão se faz necessária, tendo em vista que a construção/elaboração do PPP da Escola se deu por ocasião do desenvolvimento do Projeto de Formação dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE/MS em 2003, com pequenas revisões quantitativas em 2005. O objetivo da proposta de intervenção é realizar a revisão, no coletivo, do Projeto Político-Pedagógico da Escola – PPP, já existente. Foram propostas metodologias ativas, participativas, problematizadoras, envolvendo diversos atores, tanto da equipe da escola como, com a inclusão de atores da comunidade externa, que constituem a equipe ampliada. A avaliação institucional participativa é uma estratégia para a fase preparatória para a revisão do PPP.

**Descritores:** Avaliação Institucional. Revisão por pares.

**ABSTRACT**

The Intervention Project is a proposed revision of the Political Pedagogical Project - PPP Center Training Human Resources for Health System Araraquara - CEFORSUS - SP Araraquara. This revision is necessary, considering that construction / development of PPP School occurred during the development Project Workers Training Area Nursing - PROFABE / MS in 2003 with minor revisions in 2005 quantitative. The purpose of the proposed action is to conduct the review, the collective of the Political-Pedagogical School - PPP, existing. Proposals were active methodologies, participatory, problematizing, involving different actors, both school team as with the inclusion of actors from the outside community, which constitute the extended team. Institutional assessment is a participatory strategy for the preparatory phase for the revision of PPP.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 afirme que “*cabe aos estabelecimentos de ensino definir sua proposta pedagógica e aprová-la no seu âmbito interno*”, somente com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE e, as consultorias oferecidas nos anos de 2002 e 2003 pelo Ministério da Saúde – MS, visando o fortalecimento das ETSUS/CEFORSUS, é que houve as articulações, o estabelecimento das parcerias e a construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP da Escola.

O Projeto Político Pedagógico – PPP, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS - SP de Araraquara - CEFORSUS – SP, foi construído em 2003 com a participação de uma equipe de profissionais que, na ocasião, estava atuando nos cursos do PROFAE – Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem e, a coordenação das oficinas para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico - PPP nessa ocasião, foi feita pela diretora do CEFORSUS. O PPP construído naquele período continua vigente.

Hoje, a revisão do PPP é indispensável e será uma forma objetiva do CEFORSUS – SP de Araraquara, procurar reforçar a identidade da Escola, dando mais sentido a sua atuação como instituição de educação profissional de nível médio na área da saúde.

Essa revisão é de grande relevância, uma vez que o PPP revisado, poderá permitir a quebra da rotina que às vezes se instala, reorganizando e alterando as relações pessoais, ampliando as parcerias e repensando o processo de ensino e aprendizagem, as metodologias de trabalho, buscando alternativas de melhoria e ampliação do processo ensino/serviço/comunidade.

Queremos com essa revisão, transformar o PPP, tornando-o mais do que um simples documento técnico-burocrático ou de gestão, mas que ele seja considerado um instrumento de ação política e pedagógica destinado a proporcionar “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional” e contribuir para o desenvolvimento pessoal (VEIGA, 2004, p. 16). A revisão do Projeto Político Pedagógico – PPP passa pela autonomia da escola e pela sua capacidade de delinear sua própria identidade.

Assim, deve ficar claro que a escola é um espaço público, lugar de debate e diálogo, fundado na reflexão coletiva.

Entendemos que com a revisão do Projeto Político Pedagógico – PPP, por meio deste projeto de intervenção, ora apresentado, alguns problemas da Escola poderão ser minimizados. O Projeto Político-Pedagógico – PPP visa à qualidade em todo o processo vivido pela escola e que deve ser revisitado/avaliado com frequência. Não desejamos que ele seja, apenas, um rearranjo formal da instituição escolar. Consideramos que os alicerces do PPP, estão nos pressupostos de uma teoria pedagógica viável, partindo da prática social e do compromisso de solucionar as deficiências institucionais. Há necessidade, também, de domínio dos aspectos metodológicos indispensáveis à concretização das concepções assumidas coletivamente.

As novas formas de trabalho têm que ser pensadas, e devem nascer do próprio "chão da escola" e ser construídas coletivamente. Não se trata de simplesmente adotar um modelo pronto e acabado.

Compete à administração da escola viabilizar inovações pedagógicas planejadas em conjunto e implementadas por meio da ação de cada membro da escola, sejam alunos, professores e funcionários, bem como do envolvimento da comunidade externa.

É essencial que sejam propiciadas condições aos alunos, professores e funcionários, que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico da forma mais efetiva e crítica, tanto para os que militam na sede do CEFOR, como aqueles que trabalham em classes descentralizadas na área de abrangência da Escola.

## **2 OBJETIVO**

Elaborar uma proposta para revisão do Projeto Político Pedagógico – PPP, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde – SP de Araraquara.

### **3 BREVE HISTÓRICO: dos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde - CEFOR/SES-SP**

Os CEFOR são instituições de educação profissional de nível básico e técnico, de acordo com a Lei Complementar nº 791/95, mantidos pela Secretaria de Estado da Saúde, e estão instalados nos Municípios de Franco da Rocha, Pariquera Açu, Assis, São Paulo, Araraquara e Osasco. Autorizados pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação a funcionar com classes descentralizadas, vêm desenvolvendo suas atividades técnico-pedagógicas, voltadas para a formação de pessoal de nível médio da área de Saúde, desde o final da década de 80. Os CEFOR atendem a uma demanda específica de profissionais para a área da saúde, os quais já se encontram no mercado de trabalho, sem a correspondente formação, atuando em hospitais ou postos de saúde/unidades básicas de saúde/centros de saúde.

A Entidade Mantenedora dos CEFOR é a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CNPJ nº 46.374.500/0001-94), porém há situações em, que entidades não governamentais, prefeituras ou consórcios municipais financiam os cursos.

Os CEFOR pertencem a uma Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS) – Ministério da Saúde – que contém 36 (trinta e seis) Escolas. Essa Rede integra-se à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

A Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, na perspectiva de melhorar o atendimento à população e de resgatar a cidadania dos trabalhadores da Saúde e, com apoio no Artigo 200, Inciso III da Constituição Federal, dentro das competências do Sistema Único de Saúde – SUS, de [...] “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” e pelo Código de Saúde do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Complementar nº 791/95, definiu investir na qualificação de seus servidores.

Originalmente, a Secretaria de Estado da Saúde foi autorizada a por em funcionamento duas alternativas para a formação de pessoal de nível médio na área da saúde, a saber:

a) A primeira foi a do (antigo) Projeto Larga Escala, autorizada como experiência pedagógica, com os seguintes cursos: Qualificação Profissional III de Visitador Sanitário, Qualificação Profissional III de Atendente de Consultório Dentário, Qualificação Profissional IV de Técnico de Higiene Dental e Qualificação Profissional III de Auxiliar de Enfermagem. Esta experiência pedagógica foi autorizada para

funcionamento pelos Centros Formadores de Franco da Rocha, Assis, Pariquera-Açu e São Paulo (antigo INAMPS) e foram objeto de vários Pareceres CEE (Conselho Estadual de Educação, entre outros: 1.296/87, 1.297/87, 1.746/87, 831/88, 1.153/88, 1.154/88. Além desses, vários outros Pareceres foram aprovados pelo Conselho Pleno, em relação aos relatórios anuais do Projeto Larga Escala. Hoje, com a vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, a experiência pedagógica do Projeto Larga Escala já não existe.

b) A segunda alternativa foi a de Classes Descentralizadas, inicialmente com os cursos Supletivos de Qualificação Profissional III de Auxiliar de Enfermagem e de Qualificação Profissional IV – Habilitação Plena em Patologia Clínica. Essas classes descentralizadas foram autorizadas, inicialmente, pelo Parecer CEE nº 427/89, para “municípios onde a instituição não possuía Centros de Formação de Pessoal de nível médio para a área da saúde”, com recomendação para que a Secretaria da Saúde comunicasse às Delegacias de Ensino (hoje chamadas Diretorias de Ensino) existentes nas áreas de abrangência dos antigos Escritórios Regionais de Saúde – ERSAS. A autorização para a instalação das classes e a necessária supervisão ficavam a cargo das Delegacias de Ensino.

Outros cursos, a serem instalados pelos Centros de Formação de Pessoal de nível médio para a área da Saúde, deveriam ser aprovados pelo Conselho Estadual da Educação/SP - CEE, após prévio pedido de autorização do Plano de Curso, nos moldes dados ao Centro Formador de São Paulo e aos Centros Formadores de Franco da Rocha, Assis e Pariquera-Açu (em funcionamento naquela época), ao mesmo tempo em que houve a necessidade de convalidação dos atos escolares praticados anteriormente a essa autorização, o que veio a ocorrer com o Parecer CEE 1.162/90. Posteriormente, foram criados os CEFOR/Araraquara e CEFOR/Osasco (1990).

Os CEFOR/SES-SP, de um modo geral, apresentam gestão e planejamento centralizados e execução descentralizada de sua atividade fim, em sua maioria sem autonomia administrativa e altamente dependente de financiamento do governo federal. Segundo alguns gestores das escolas, a falta de regulação da atividade docente por servidor público fragiliza a gestão dessas Escolas. Estas instituições apresentam problemas de gestão relacionados à integração ensino/serviço, que precisa ser regulamentada para conferir sustentabilidade às escolas e evitar contradições com a legislação educacional brasileira.

Uma das características específicas dos CEFOR/SES refere-se à possibilidade de instalação de Classes Descentralizadas que, nos termos do Regimento Escolar vigente, o qual já contempla: “Os CEFOR são constituídos das classes da sede e/ou das instaladas descentralizadamente, na sua área de abrangência, conforme o Parecer CEE 427/89, publicado no D.O E. em 11/5/1989 tanto as classes instaladas na sede do Centro Formador, quanto aquelas instaladas descentralizadamente na região”.

Pelo Parecer CEE 229/2000, publicado no DOE. Em 16/6/2000, houve autorização para a Secretaria de Estado da Saúde/SP, através de seus Centros Formadores de Pessoal para a área da Saúde – CEFOR, a dar continuidade na oferta dos cursos em suas classes descentralizadas e, atualmente, pelo Parecer CEE 332/2011 há renovação dessa autorização, nos moldes previstos na Deliberação CEE 06/1999.

Para a instalação de classes descentralizadas e/ou abertura de novas turmas, o Coordenador Local de Curso, sob orientação do Diretor do CEFOR, elabora o Plano Escolar, nos termos do Regimento Escolar e do Plano de Curso. Até junho de 2012, a autorização para o funcionamento de cada classe descentralizada (nos termos da Deliberação CEE 01/1999) e, a homologação do respectivo Plano Escolar, eram feitas pela Diretoria de Ensino a qual se subordina o município sede da classe descentralizada.

A Secretaria da Educação - SP, por intermédio da Resolução SE nº 75, de 25/7/2012, que dispõe sobre delegação de competência para o exercício da supervisão de ensino nos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde e, à vista do que dispõe a Deliberação CEE nº 110/2011, do Conselho Estadual de Educação, e em atendimento ao contido no Despacho GS nº 9.094/2012 do Secretário da Saúde, resolve: Delegar ao Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – NAETSUS, da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde, competência para exercer supervisão de ensino nos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde – CEFOR, que ministram cursos técnicos de nível médio. Cabe ao NAETSUS orientar seus supervisores sobre as normas emanadas dos órgãos próprios da Secretaria da Educação, visando a assegurar sua fiel observância e o cumprimento das atribuições que lhes forem conferidas, observando a especificidade das instituições de educação profissional a serem supervisionadas.

Dentre as atribuições relacionadas à ação supervisora do NAETSUS estão a de zelar pela regularidade da vida escolar dos alunos dos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde – CEFOR, e a inserção de informações atualizadas nos sistemas de informação corporativos da Secretaria da Educação. A delegação de competência de que

trata a presente resolução, de caráter discricionário, poderá ser revogada, a qualquer tempo, caso as atribuições da supervisão não sejam exercidas a contento. O NAETSUS, por meio da supervisão ora delegada, deverá cumprir o disposto na Deliberação CEE/SP nº 01/99, conforme estabelece o parágrafo único do seu artigo 2º, comunicando as decisões finais ao Conselho Estadual de Educação – CEE e à Secretaria de Educação de São Paulo.

#### **4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE - O CENTRO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SUS – SP ARARAQUARA**

O CEFORSUS – SP de Araraquara foi criado pela Deliberação da Comissão Intergestora de Saúde – Deliberação CIS nº 16/1990 (em abril de 1990), com o nome de “Centro de Formação de Recursos Humanos de Américo Brasiliense” - **CEFAB**. Passou a funcionar nas dependências do Hospital Estadual “Nestor Goulart Reis” que dista de Araraquara apenas 06 km. Obteve autorização para funcionamento e aprovação do Regimento Escolar e Plano de Curso para a Área de Enfermagem, por intermédio do Conselho Estadual de Educação, pelo Parecer CEE 274/1990. Nessa época, conforme o previsto no Regimento Escolar, já passou a trabalhar com classes descentralizadas.

Em 1995 houve a mudança de endereço e de denominação, nos termos legais, passando a funcionar na sede da Direção Regional de Saúde de Araraquara - DIR VII, sita à Avenida Espanha, 188, 4º andar. Sua denominação passou a ser Centro Formador de Araraquara – CEFARA.

Com a elaboração do Regimento Escolar Único dos CEFOR/SES-SP passou a denominar-se Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Araraquara - CEFOR/Araraquara, conforme Parecer CEE 187/1999, que aprovou o Regimento Escolar Único dos seis Centros Formadores/SES-SP, com alterações regimentais aprovadas pelo Parecer CEE 414/2000. Em 2002, novamente houve nova mudança de endereço, para prédio alugado, sito à Rua Nove de Julho, 188, Centro, em Araraquara. Tal mudança foi necessária, como resultado do PROFAE, em seu subprojeto de Fortalecimento das ETSUS/CEFOR, que possibilitou um sensível aumento na oferta de cursos na área da Enfermagem, tanto com a instalação de turmas na sede da Escola, como em Classes Descentralizadas, na área de abrangência do CEFOR e, paralelamente, um aumento dos recursos materiais e de equipamentos.

Com a publicação do Decreto Governamental 54.391, de 1º de junho de 2009, passou a denominar-se Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP de Araraquara - CEFORSUS - SP de Araraquara, agora subordinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde/SP.

A partir de 31 de outubro de 2011, houve a autorização para mudança de endereço (nos termos legais feita pela Diretoria de Ensino da Região de Araraquara), para a Avenida Martinho Gerhard Rolfsen, 827, no Bairro Quitandinha, em Araraquara, prédio próprio construído com recursos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde/SP.

Ao longo de sua história, o CEFORSUS - SP de Araraquara, vem desenvolvendo muitas ações políticas e pedagógicas; algumas foram exitosas, outras não e algumas estão em andamento. Uma das ações exitosas que podemos citar, refere-se à construção de prédio próprio do CEFORSUS – SP de Araraquara.

A seguir, foto ilustrativa da área externa, salas de aula e laboratório de informática.



*Autor da foto: Equipe administrativa do CEFOR SUS – SP de Araraquara*

O que era apenas um sonho, hoje é uma realidade. Há muito a ser conquistado, construído, reelaborado e pesquisado. Há necessidade ainda da criação de um “núcleo estruturante” dotando as ETSUS/CEFOR de pessoal técnico-administrativo e pedagógico, sem o qual não podemos garantir a execução de um trabalho técnico-pedagógico da qualidade.

O próprio projeto de intervenção ora proposto, que é a revisão do Projeto Político Pedagógico - PPP, apenas ajudará, mas não será suficiente para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. O CEFORSUS – SP de Araraquara vem desenvolvendo ao longo de sua história, muitas atividades e ações visando a integração ensino-serviço-comunidade, em especial a partir do Projeto Político Pedagógico – PPP construído, no coletivo, em 2003, cujos objetivos e metas estabelecidos não foram totalmente atingidos.

Hoje, muitos técnicos e docentes que se envolvem mais espontaneamente e de forma mais consistente com os trabalhos da Escola, demonstram com atitudes e palavras o interesse em ampliar os mecanismos de motivação, para que haja maior participação na gestão escolar, visando consolidar de fato a descentralização com a democratização da escola. Além de anteceder a revisão do PPP nessa proposta de intervenção, pensamos ser importante fortalecer a prática da avaliação institucional que precisa ser realizada de forma sistemática e contínua, na perspectiva de melhorar a sua prática e o consequente aprimoramento dos profissionais com a elaboração de um instrumento estratégico para a oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle de qualidade em uma instituição.

## **5 REFERENCIAL TEÓRICO**

O Projeto Político-Pedagógico de uma Escola Técnica do SUS/CEFORSUS, é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas da instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, valores, visão e objetivos gerais e específicos. Trata-se de uma projeção da missão e dos valores originados da identidade da Escola, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Em sua fundamentação, o Projeto Político Pedagógico - PPP deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da Escola e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino e da iniciação à pesquisa, como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional técnico de nível médio na área da saúde, na busca da articulação entre o real e o desejável. Considerando, ainda, que um

Projeto Político-Pedagógico - PPP - de uma Escola Técnica do SUS/CEFOP, em conformidade com o que propõe Veiga (1995), explicita as posições da instituição a respeito do homem, do mundo e de sua relação na educação. Ele é a carta magna da constituição pedagógica e política de uma proposta educacional técnica de nível médio da área da Saúde é político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para a sociedade. A “dimensão política do PPP se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p.93 – in VEIGA, 1995, p.13).

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Ainda, em sua fundamentação, o PPP deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e o papel da educação em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica; ao mesmo tempo, deve explicitar, de modo abrangente, o papel da Escola e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino e da pesquisa como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional de nível técnico na área da saúde, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Concordamos plenamente com a importância da prática. Como nos lembra Vazquez (1977), a teoria em si não transforma o mundo, ela pode contribuir para sua transformação, desde que assimilada por aqueles que vão fazer, com seus atos reais, efetivos, essas transformações. “A avaliação institucional no ambiente escolar, objetiva o aperfeiçoamento da qualidade da educação, do ensino, da aprendizagem e da gestão. Com isso visa transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem e com a sociedade”. (BELLONI; FERNANDES, 2009)

Segundo Suanno (2002), “na avaliação institucional aspectos ideológicos, políticos econômicos e culturais ganham relevância”. Para o autor citado “a avaliação institucional contribui para a tomada de decisão nas práticas de gestão em todos os níveis da instituição e que deve ser um processo contínuo e participativo”. Ainda, para o autor, são pontos importantes na avaliação institucional “um olhar investigativo e curioso, estudos permanentes sobre a instituição e clareza sobre sua missão e finalidade”. Essa avaliação deve “nortear o desenvolvimento da instituição e precisa ser guiada por quatro questões fundamentais: para que, o que, como e quem avalia”.

Se recorrermos a Gadotti (1999), no texto “Avaliação educacional e projeto político-pedagógico”, vamos encontrar contribuições importantes, como por exemplo:

A avaliação configura-se sempre em relação a algo, necessita de uma referência, um projeto político-pedagógico, um projeto institucional, que é o horizonte a ser atingido, em função da qual a avaliação tem sentido (GADOTTI, 1999, p.2).

Gadotti (2000, p.2) ainda prossegue: “Ela (a avaliação) deve captar aqueles pontos mais frágeis do organismo institucional e apontar os rumos de sua superação com vista a elevar o nível de seu desempenho face a seus compromissos sociais”. Se retomarmos alguns pressupostos inerentes à avaliação, apontados por Belloni e Fernandes – 2009 encontramos: “é um processo extrínseco à educação, já que todo agir educativo é avaliado”; “é um processo de construção coletiva pelo qual se discutem rumos, ritmos e ajustes e se procede intervenção, em forma de gestão participativa”; “é um processo que depende do referencial teórico que o fundamenta, isto é, da concepção de educação que se pratica”.

É necessário distinguir avaliação educacional de avaliação institucional. Assim, a avaliação educacional, refere-se à avaliação da aprendizagem ou do desempenho de alunos e dos profissionais, bem como, do projeto político-pedagógico da escola, concentrando-se no processo de ensino e aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento.

A avaliação institucional, por sua vez, destina-se à avaliação da instituição educação, tendo atenção centralizada em processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição ou de um sistema educacional como um todo. Belloni e Fernandes (2009) consideram que, “para ser completa, a avaliação institucional contempla e incorpora os resultados da avaliação educacional”.

A revisão do PPP de uma escola, pelos pares, “implica numa ruptura com o presente e promessas para o futuro. Isso supõe a quebra de um estado confortável para arriscar. As promessas deixam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 2000)”.

O PPP de uma escola, segundo Rios (1992), tem uma intenção para o futuro. Mas, na revisão do PPP que é nosso projeto de intervenção, é necessário que sejam considerados os limites e as possibilidades do contexto escolar, definindo princípios norteadores da ação, determinando aonde se quer chegar, estabelecendo caminhos e etapas para o trabalho e distribuindo tarefas para os sujeitos envolvidos e avaliando o processo continuamente, pois o PPP é sempre provisório.

A revisão do PPP pelos pares é um trabalho em processo e que envolve, necessariamente, passado, presente e futuro, conforme propõe Rios (1992):

Ao organizarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o trabalho que temos intenção de realizar, lançamo-nos para diante, olhamos para frente. Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro – no presente. O futuro é o que viveremos como presente quando ele chegar. E o que está presente, no projeto que dele fazemos. Pode parecer complicado, mas trata-se de algo que se constata em nossa vivência do cotidiano. O presente – momento único de experiência e relação – traz no seu bojo o passado, enquanto vida incorporada e memória, e o futuro, enquanto vida projetada. Isso vale tanto para as experiências singulares, de cada um de nós, como para a vida da sociedade. É isso que garante a significação do processo histórico (RIOS, 1992, p.74).

## **6 JUSTIFICATIVA OU RELEVÂNCIA DA PROPOSTA**

Propomos com a presente proposta uma revisão do Projeto Político Pedagógico – PPP, do Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único e Saúde/SP de Araraquara - CEFORSUS/SP de Araraquara.

É importante ressaltar que, o PPP deve passar por uma avaliação contínua, permanente, visando melhorar aspectos negativos, que de certa forma contribuem para o fracasso do projeto e, ainda, para uma valorização dos aspectos positivos que apresentam resultados satisfatórios. Essa avaliação contínua, permanente, não aconteceu ao longo desses anos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP, é sempre inacabado e, consolida e traduz as concepções e a organização das atividades de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de formação inicial e continuada, voltada para a formação ética, política e técnica dos alunos.

Assim, necessário se torna no momento, sua revisão, uma vez que a pequena equipe da Escola, hoje, com auxílio do curso CEGEPE, já tem maturidade suficiente para uma análise crítica-reflexiva que permite a revisão técnica/política/pedagógica do PPP e, ainda, para realizar as adequações às atuais legislações, tanto da Educação como da Saúde.

## 7 METODOLOGIA

Ao propormos a revisão do PPP da Escola, consideramos importante iniciar as reflexões por intermédio da auto-avaliação institucional participativa, utilizada como meio de identificar o conjunto de indicadores de qualidade e, coletar dados para a revisão do Projeto Político Pedagógico, na busca por um novo rumo, uma nova direção.

O presente Projeto de Intervenção - Revisão do PPP da Escola tem como ponto de partida a autoavaliação institucional participativa, utilizada como ferramenta que qualifica e democratiza a gestão. A autoavaliação institucional enfoca o papel da avaliação nos processos de gestão da Escola como movimento de reflexão e ressignificação das práticas político-pedagógicas e, propõe aos participantes das equipes instaladas, a análise das práticas, por meio de reflexões, leituras de textos, entrevistas, levantamentos de dados, consulta de documentos existentes na Escola.

Assim, propomos a utilização da metodologia da autoavaliação institucional, como meio de identificar o conjunto de indicadores de qualidade e, coletar dados para a revisão do Projeto Político Pedagógico, na busca um novo rumo, uma nova direção.

A revisão propriamente dita do PPP da Escola, utilizando metodologias participativas, ativas, problematizadoras, indica as conexões relacionadas à realidade da Escola, assim como, as articulações que conformam as estratégias, procedimentos e operações delineados para realizar o objetivo de revisão apresentado nesse projeto de intervenção. Constitui-se, portanto, numa lógica que propõe e estabelece a unidade das ações a serem desencadeadas quando da realização da proposta de revisão do PPP do CEFORSUS – SP de Araraquara.

O Projeto-intervenção, como o próprio título alude, fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação. Tem como base a idéia de uma relação dialética entre pesquisa e ação, supondo ainda que a pesquisa deva ter como função a transformação da realidade. No campo educacional, essa modalidade de pesquisa é bastante enfatizada, devido à relevância de seu caráter pedagógico: os sujeitos, ao pesquisarem sua própria prática, produzem novos conhecimentos e, ao fazê-lo, apropriam-se e ressignificam sua prática, produzindo novos compromissos, de cunho crítico, com a realidade em que atuam. Nesse tipo de trabalho, a prática é compreendida como práxis. Tanto os propositores do projeto quanto os participantes, estão diretamente envolvidos em uma perspectiva de mudança.

O Projeto-intervenção, tal como o propomos, deve ser compreendido e desenvolvido como ação conjunta, partilhada entre o diretor e o coletivo da escola. Logo, não se trata da elaboração solitária de um projeto para, posteriormente, outros executarem. Trata-se, ao contrário, de um projeto de revisão que, desde sua proposição, passando pela elaboração e desenvolvimento, ocorre no e com o coletivo da escola. Desse modo, podemos criar formas e modos de concretizar/vivenciar os princípios da gestão democrática na escola não como intenção proclamada, mas como práxis criadora. Apresentamos uma síntese, em forma de quadro, contendo: o local de realização, as datas e a carga horária necessária para a realização das ações e/ou atividades propostas para a revisão do PPP da Escola, os objetivos e pessoal envolvido. Os recursos necessários materiais e equipamentos, assim como, os custos para a realização das ações e/ou atividades propostas, serão mantidos pela Escola e pela Secretaria de Estado da Saúde/SP.

## 8 PROJETO DE INTERVENÇÃO: REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS – SP de Araraquara - CEFORSUS – SP DE ARARAQUARA –

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<p><b>CEFOR</b></p> <p><b>1º Mês</b></p> <p><b>08 horas</b></p>	<p>a) Realização de Reuniões:</p> <p>- <b>1ª Reunião: Oficina de Trabalho</b></p> <p>* Apresentação da proposta de revisão do PPP da Escola,</p> <p>* <b>Plenária das conclusões dos trabalhos dos subgrupos.</b></p>	<p>- Sensibilizar a equipe para o trabalho coletivo de revisão do PPP.</p> <p>- Analisar e refletir, no coletivo, os resultados da autoavaliação institucional participativa e os indicadores.</p> <p>- Discutir e reanalisar as conclusões apresentadas pelos subgrupos na plenária, com base no roteiro sugerido.</p> <p>- Registrar o que for consensuado na plenária.</p>	<p>- Haverá um grupo coordenador da Proposta de Intervenção da Escola que é a revisão do PPP, formado por duas equipes, a saber:</p> <p>* Equipe interna da Escola: Diretor, Coordenadores de cursos, Secretária Escolar e Oficiais Administrativos, Diretora do Núcleo de Multimeios, Diretora do Núcleo de Apoio Administrativo, Representantes de Alunos, Representantes de Docentes dos cursos da sede da Escola (chamaremos de Grupo 1 – G1)</p> <p>* Equipe ampliada: representantes da área de abrangência da Escola, com representantes de alunos atuais e egressos de cursos, coordenadores regionais e coordenadores locais de classes descentralizadas, que já conheçam e/ou trabalhem com a Escola; pessoal de serviços de saúde que oferecem campo para a prática profissional ou para o desenvolvimento dos estágios supervisionados (chamaremos de Grupo 2 – G2).</p>

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<p>CEFOR</p> <p>2º Mês</p> <p>08 h</p>	<p>- <b>2ª Reunião: Oficina de Trabalho</b>          Prosseguimento da revisão do PPP, com análises e reflexões.</p> <p>Revisão do <b>Marco Referencial:</b>  <u><b>Marco Situacional:</b></u></p> <p>- Encerramento com uma Plenária, para apresentação do produto dos subgrupos de trabalho e as conclusões finais redigidas.</p>	<p>- Aprofundar o olhar sobre o Marco Situacional do CEFOR, visando obter uma visão geral da realidade, ou seja, do contexto atual.</p> <p>- Apresentar dados e informações gerais sobre o CEFORSUS – SP de Araraquara a partir de sua criação.</p> <p>- Esclarecer dúvidas sobre o Marco Situacional do PPP, a ser analisado.</p> <p>- Discutir o roteiro proposto com todos os participantes, antes da divisão em subgrupos de trabalho.</p>	<p>- Grupo coordenador da revisão do PPP</p> <p>- G1 (Equipe da Escola) e G2 (Equipe ampliada)</p>

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<p><b>CEFOR</b></p> <p><b>3º Mês</b></p> <p><b>08 h</b></p>	<p><b>3ª Reunião: Oficina de Trabalho</b></p> <p>- Abertura dos trabalhos do dia, revisão sobre o que foi discutido nas duas reuniões anteriores.</p> <p>- Revisão do <b>Marco Doutrinal ou Filosófico</b> do PPP, em subgrupos de trabalho.</p> <p>- Revisitar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* MISSÃO</li> <li>* VALORES</li> <li>* VISÃO DE FUTURO</li> <li>* OBJETIVOS</li> </ul> <p>- Encerramento do dia com uma Plenária, para apresentação do produto dos subgrupos de trabalho e as conclusões finais redigidas.</p>	<p>- Conduzir o grupo de trabalho a analisar o Marco Doutrinal ou Filosófico do PPP, investigando e refletindo sobre a especificidade do CEFOR, imersa na realidade do serviço de saúde.</p> <p>- Analisar criticamente, perguntando, duvidando, investigando, pensando e refletindo sobre a Missão, os Valores, a Visão de Futuro e os Objetivos do CEFOR, constantes no PPP que está sendo revisado.</p>	<p>- Grupo coordenador da Proposta de Intervenção da Escola, com a participação das Equipes Interna da Escola, enriquecida com a Equipe Ampliada, composta por diversos representantes da área de abrangência da Escola</p>

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<p><b>CEFOR</b> <b>4º Mês</b> <b>08 h</b></p>	<p>Prosseguimento da revisão do PPP, com análises e reflexões</p> <p><b>- REVISÃO: MARCO OPERATIVO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Dimensão Pedagógica,</li> <li>* Dimensão Comunitária</li> <li>* Dimensão Administrativa.</li> </ul> <p>- Leitura e comentários gerais, dividir os subgrupos propondo reflexões, com roteiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisitar o Projeto Político Pedagógico da Escola nas três dimensões do Marco Operativo.</li> <li>- Resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo coordenador da Proposta de Intervenção da Escola, com a participação das Equipes Interna da Escola (G), enriquecida com a Equipe Ampliada (G2), composta por diversos representantes da área de abrangência da Escola</li> </ul>

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<p><b>CEFOR</b></p> <p><b>5º Mês</b></p> <p><b>08 horas</b></p>	<p>- Oficina de Trabalho para o resgate das conclusões apresentadas na Plenária da última reunião realizada, para a revisão do <b>MARCO OPERATIVO</b> do PPP do CEFOR nas dimensões do trabalho escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dimensão Pedagógica,</li> <li>✓ Dimensão Comunitária</li> <li>✓ Dimensão Administrativa.</li> </ul> <p>- Encerramento do dia com uma Plenária, para apresentação do produto dos subgrupos de trabalho e as conclusões finais redigidas.</p>	<p>- Resgatar a revisão feita com enfoque no Marco Operativo do PPP em sua dimensão pedagógica, visando fortalecer a identidade da Escola.</p> <p>- Sistematizar as conclusões dos subgrupos relativas ao Marco Operativo do PPP.</p> <p>- Possibilitar reflexões dos aspectos mais importantes do Marco Operativo, com a participação especial de um Consultor convidado.</p> <p>- Articular junto ao Núcleo de Apoio às ETSUS/CEFOR – NAETSUS /SES-SP, para remuneração do Consultor convidado.</p> <p>- Apresentar o resultado das revisões feitas no Marco Operativo do PPP, a todos os participantes da Oficina.</p>	<p>- Consultor convidado.</p> <p>- Grupo coordenador da Proposta de Intervenção com a participação das Equipes: G1 e G2</p>

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<b>CEFOR</b>  <b>6º Mês</b>  <b>04 horas</b>	Reunião da Equipe da Escola mais a Equipe Ampliada, visando a elaboração de relatório.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituir um Grupo de Trabalho visando a redação final do PPP da Escola.</li>   <li>- Elaborar o relatório para apresentações aos membros participantes das revisões do PPP.</li> </ul>	No 1º momento: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo coordenador da Proposta de Intervenção mais a Equipe Interna da Escola, enriquecida com a Equipe Ampliada.</li>   <li>- Grupo de Trabalho – GT constituído para a redação final do PPP.</li> </ul>
<b>08 horas</b>	No mesmo mês de trabalho, reunião do GT para a redação do novo PPP.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redigir o novo PPP da Escola, com as revisões efetuadas nos grupos de trabalho.</li> </ul>	No 2º momento do mês: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Membros do Grupo de Trabalho – GT, constituído.</li> </ul> Participação especial do consultor convidado.

Local, Data e Carga Horária	AÇÕES E/OU ATIVIDADES PROPOSTAS	OBJETIVOS	PESSOAL ENVOLVIDO
<b>CEFOR</b>  <b>7º Mês</b>  <b>08 horas</b>	- Apresentação final do novo Projeto Político-Pedagógico – PPP do CEFORSUS – SP de Araraquara	- Apresentar ao público o resultado final da revisão do PPP do CEFORSUS – SP de Araraquara.  - Dar mais visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela Escola..	Grupo coordenador da Proposta de Intervenção da Escola que é a revisão do PPP.  - <b>Consultor convidado</b>  - Membros das Equipes que trabalharam na revisão do PPP.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que, com o “Projeto de Intervenção – Revisão do PPP da Escola”, os resultados sejam promissores. Surgirão muitas dificuldades a serem superadas e, uma delas, é a sensibilização e o engajamento dos diversos segmentos no planejamento e na execução das ações aqui propostas. Espera-se também que, aqueles que realmente se engajarem na proposta e execução das ações, possam promover mudanças político-pedagógicas significativas no funcionamento e, até, na estrutura da Escola, além de promover mudanças no comportamento de alguns atores envolvidos com a formação. Esse novo PPP revisto, revisitado e reconstruído, resultante de um projeto de intervenção, é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.

Espera-se que, todos os participantes das análises e reflexões para a revisão do PPP da Escola, tenham em mente que é somente por intermédio de ações coletivas que a democratização, gradativamente, vai se consolidando na Escola e que poderá tornar a educação na área da saúde inovadora e transformadora!

Concluimos este trabalho que aqui não se esgota, afirmando que há uma grande expectativa relativa ao projeto de intervenção, que é a revisão do PPP existente. Essa revisão deve ser um elemento propulsor de boas articulações e parcerias, com o objetivo de propiciar ensino-aprendizagem de qualidade, fortalecer a integração ensino/serviço/comunidade e, conseqüentemente, melhorar o atendimento prestado à população pelo pessoal técnico de nível médio, colaborando dessa forma, para a consolidação do SUS.

## 10 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, nº 248, 23 de dezembro 1996. Seção I.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer ° 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico (Biblioteca Virtual). Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB nº 04/99. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 1999. Seção I, p. 229. (Biblioteca Virtual).

BRASIL. Decreto Federal nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º de artigo 36. e os artigos 39 e 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República. (Biblioteca Virtual).

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, às disposições do Decreto nº 5.154/2004. (Biblioteca Virtual).

BELLONI, I; FERNANDES, M.E.A. – **Como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Módulo IX. Brasília: CONSED, 2009.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília. 28/8 a 02/9/94.

GALDINO, M. N. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão.** Fundação CESGRANRIO, Universidade do Grande Rio (s/d).

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática,** Malabares Comunicação e Eventos, Salvador/BA, 2005, 2ª edição (revista), 115 páginas.

RIOS, T.A. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico.** Série Idéias, São Paulo, v.15, p.73-77, 1992.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** São Paulo: Autores associados, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para além da curvatura da vara.** In: Revista Ande nº3. São Paulo, 1982

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, I.P.A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola.** In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_ARAÚJO, J.C.S. **O projeto político-pedagógico: um guia para a formação humana.** In VEIGA, I.P.A.(Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto-político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

\_\_\_\_\_ (Org) **Projeto Político Pedagógico da Escola – Uma construção possível**

---